

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DISLEXIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafaela Vitória Linhares da Costa¹

Maria José Barbosa²

Resumo: A alfabetização é essencial na vida de uma pessoa; indo muito além de codificar e decodificar palavras, ela faz parte de toda uma prática social de uma sociedade. Infelizmente, nem todos passam pelo processo de alfabetização da mesma maneira, pois enquanto uns aprendem de forma mais simples, outros apresentam uma dificuldade maior em desenvolver todas as habilidades de leitura e escrita, precisando de intervenções diferenciadas para alcançarem a aprendizagem. Este trabalho se propõe a refletir sobre a Dislexia, um Transtorno de Desenvolvimento da Aprendizagem, e a apresentar sugestões de estratégias metodológicas que colaborem na tarefa de alfabetizar a todos. Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, apresentando-se conceitos de autores como Soares (2004, 2020), Soares e Batista (2005), Hudson (2019) e Teles (2004) e baseando-se em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2013) e a Classificação Internacional de Doenças CID 11 (2022); lançou-se mão também de *sites* importantes de associações de Dislexia no Brasil, como a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) e o Instituto ABCD. O objetivo do estudo foi de compreender como se dá o processo de alfabetização de crianças com Dislexia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, descrevendo como é essa passagem, apresentando as dificuldades encontradas por essas crianças na apropriação da leitura e escrita e propondo estratégias que possam ser utilizadas pelo professor que auxilie a criança disléxica no seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Dislexia. Alfabetização. Inclusão.

Abstract: Literacy is essential in a person's life, going far beyond encoding and decoding words, it is part of a society's entire social practice . Unfortunately, not everyone goes through the literacy process in the same way, while some learn more simply, others have greater difficulty in developing all reading and writing skills, requiring different interventions to achieve learning. This work proposes to reflect on Dyslexia, a Developmental Learning Disorder and presents suggestions for methodological strategies that collaborate in this task of teaching everyone to read and write. Bibliographic research was used as a methodology. Presenting concepts from authors such as Soares (2004, 2020), Soares and Batista (2005), Hudson (2019) and Teles (2004) and based on documents such as The National Common Curricular Base (2018), the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders DSM-5 (2013) and International Classification of Diseases ICD 11(2022) and important websites of dyslexia associations

¹ Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal do Ceará (UFC). faellalinhairesph@gmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Estudos Especializados. Universidade Federal do Ceará (UFC). mazebarbosa@ufc.br

in Brazil, such as Associação Brasileira de Dyslexia (ABD) and Instituto ABCD. The objective of the study was to understand how the literacy process of children with Dyslexia takes place in the early years of elementary school, describing how this passage is, presenting the difficulties encountered by these children in the appropriation of reading and writing and proposing strategies that can be used by the teacher to help the dyslexic child in their learning process.

Keywords: Dyslexia. Literacy. Inclusion.

Introdução

O presente artigo versará sobre o processo de alfabetização de crianças com Dislexia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, discutindo sobre esse Transtorno de Desenvolvimento da Aprendizagem que é encontrado com frequência em alguns alunos durante os anos do ciclo de alfabetização, dificultando o processo de aquisição de leitura e escrita.

Dificuldades em ler, associar grafemas e fonemas, problemas na interpretação, na ortografia, entre outros, são desafios a serem enfrentados diariamente pelo professor alfabetizador; são soluções e estratégias em torno de dilemas como esses que norteiam ou deveriam nortear o trabalho docente nos anos iniciais, visto que causam desconforto tanto para as crianças quanto para suas famílias, considerando-se que todos desejam que as crianças cheguem ao final do 2º ano do Ensino Fundamental lendo e escrevendo com desenvoltura.

O período de alfabetização é rico em descobertas, no qual a criança experimenta o mundo pelos livros e por sua interação com as palavras. Ela começa, através do contato com os livros, a descobrir outras formas de viver, histórias de várias pessoas, curiosidades e fantasias; mas infelizmente essa experiência não é a mesma para todas as crianças, uma vez que existem aquelas que se angustiam com esse mundo cheio de letras, palavras e textos, pois elas olham para essa infinidade de informações e têm dificuldades em entendê-las, parecendo que nada faz sentido e que tudo é apenas um amontoado de letras. Daí surge um desafio para o professor alfabetizador: o de dar sentido àquele “amontoado de letras” e ajudar essas crianças a interpretá-lo.

Refletir sobre o percurso que a criança com Dislexia trilha para alcançar a alfabetização, que é diferente do caminho trilhado pelas crianças que não são disléxicas, abre um mundo novo ao professor, que muitas vezes não aprende durante sua formação inicial a lidar com essa situação e, principalmente, é uma grande ferramenta de mudança para a vida daquela criança que tem o transtorno.

O interesse pela escrita desse artigo com esse tema surgiu de uma experiência vivida pela autora antes da mesma iniciar o curso de pedagogia, onde ela dava aulas particulares para ajudar na renda de sua casa e se deparou com uma maior dificuldade ao começar a ensinar um menino que estava reprovando o primeiro ano do ensino fundamental pela segunda vez, o mesmo apresentava uma série de dificuldades com o processo de alfabetização, não sabendo nem mesmo quais eram as letras do seu nome, nem conhecia o alfabeto, nem vogais, esquecia facilmente tudo que era ensinado etc. Essa experiência marcou bastante a autora, fazendo-a se questionar se seria possível que aquele aluno aprendesse e como ela poderia fazer isso, essas perguntas a acompanharam durante todo o trajeto acadêmico e buscando responder, e principalmente, sanar essas dúvidas para ajudar em seu trabalho docente esse estudo começou.

A pesquisa que deu origem a este artigo tem por objetivos compreender como se dá o processo de alfabetização de crianças com Dislexia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, descrevendo-o e expondo as dificuldades encontradas na apropriação da leitura e escrita, além de propor estratégias que possam ser utilizadas pelo professor como auxílio na aprendizagem da criança com Dislexia.

Nossa metodologia para a coleta de dados foi baseada em uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Lima e Miotto (2007, p. 38) se caracteriza como “um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Desse modo, o trabalho teve como fontes artigos científicos e documentos como a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2013) e a Classificação Internacional de Doenças CID 11(2022). Também usamos, como referencial de base, autores como Magda Soares (2020), Diana Hudson (2019) e Paula Teles (2004), além de *sites* importantes de associações de Dislexia no Brasil, como a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) e o Instituto ABCD.

A relevância dessa temática não está apenas na riqueza de entender as vulnerabilidades provocadas pela Dislexia na aprendizagem da leitura e da escrita, mas também em favorecer a elaboração de práticas inclusivas, não apenas para aqueles que possuem alguma limitação, mas para todos. Lidar com o novo é desafiador, porém é necessário que o docente esteja preparado para vencer “essa batalha” junto com seus alunos, entendendo que a educação é direito de todos e garanti-la é um dos seus papéis.

O trabalho foi dividido em três seções: Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Transtorno Específico de Aprendizagem que afeta a leitura e a escrita e Estratégias que auxiliem no processo de aquisição da habilidade de leitura e escrita de crianças com Dislexia. A primeira versa sobre a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental,

trazendo o conceito de alfabetização baseado Magda Soares (2020) e como essa ação está posta na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). Em seguida, iremos caracterizar a Dislexia, com base em diferentes autores e documentos (DSM 5 e CID 11), buscando delinear uma compreensão sobre esse Transtorno Específico de Aprendizagem; nessa parte, ainda, trataremos das características do transtorno, de como se dá o processo de diagnóstico e um pouco sobre a Lei nº 14254/2021 sancionada no Brasil, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Por fim, encerraremos o estudo propondo estratégias que podem ser usadas por professores para auxílio no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, tomando por base autores, como Diana Hudson (2019), Paula Teles (2004) e *sites* de associações de Dislexia.

1 Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Falar sobre alfabetização é uma responsabilidade enorme, pois ela vai muito além de uma prática a ser conceituada. Vivemos em uma sociedade cada vez mais grafocêntrica, onde a leitura e escrita são supervalorizadas e essenciais nas práticas sociais e para um bom funcionamento da sociedade, o que para o professor alfabetizador é um grande desafio, o de alfabetizar crianças para a sociedade e prepará-las para suas práticas sociais.

Para Soares (2020), no livro *Alfabetizar*, o surgimento das cidades e das relações entre os habitantes exigiu uma elaboração de invenção técnica, que foi a escrita, para que se tornassem visíveis e permanentes suas normas, leis, acordos etc. A escrita veio para responder às práticas sociais, econômicas e culturais da sociedade, exigindo que seus indivíduos aprendessem a dominar essa nova tecnologia. A autora completa, no mesmo livro, que a alfabetização é um “processo de apropriação da ‘tecnologia da escrita’” (SOARES, 2020, p.27), ou seja, é o conjunto de técnicas necessárias para a prática da leitura e da escrita (como o domínio de sistema de representação, da ortografia etc). Em um outro escrito, intitulado *Alfabetização e Letramento: caderno do professor*, Soares e Batista (2005) fala da alfabetização como um termo que

[...] designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita. (SOARES; BATISTA, 2005, p. 24).

Com isso, podemos perceber que a autora mais uma vez traz a alfabetização como o aprendizado da tecnologia da linguagem, que abrange conhecimentos e procedimentos específicos, pois carrega uma representação de uma série de símbolos linguísticos. Essa tecnologia exige também capacidades motoras e cognitivas de quem a esteja utilizando, pois existe uma direção correta para se ler e escrever — reconhecimentos de símbolos e sons, entendimento de sua colocação nas palavras, entre outros. Então, a alfabetização vai muito além de aprender a codificar e decodificar (SOARES; BATISTA, 2005).

Durante esse processo de alfabetização, acontece algo além do ensinar a dominar essa tecnologia da leitura e da escrita: o desenvolvido do letramento. O termo *letramento* surgiu como uma ampliação do conceito de alfabetização para corresponder às necessidades da sociedade, para a qual o indivíduo que sabe apenas ler e escrever de forma elementar já não basta, pois precisa atender às práticas sociais que essas ações podem oferecer (SOARES, 2004). No livro *Alfaletrar*, o letramento é colocado como “capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita” (SOARES, 2020, p. 27). O que demonstra que o letramento é complementar a alfabetização, pois ele estende a língua escrita e toda a sua tecnologia para as práticas sociais. A autora faz até uma analogia que explica esses dois processos, utilizando a simbologia de um quebra-cabeça para explicar os dois conceitos: elucida que são como peças de um mesmo quebra-cabeça, que são diferentes entre si, pois possuem suas habilidades e competências próprias e distintas, mas que são inseparáveis.

Portanto, esses dois processos, embora sejam diferentes, devem ocorrer de maneira indissociável e simultânea, pois a demanda da sociedade atual é que os indivíduos sejam alfabetizados e letrados. Um trecho escrito por Soares (2004) em um de seus artigos, intitulado “Letramento e Alfabetização: as muitas facetas”, contextualiza bem essa ideia de letramento e alfabetização como práticas indissociáveis:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização –, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004 p. 14).

Dessa maneira, um processo não funciona de maneira satisfatória sem o outro. Um tem ação complementar ao outro, e o professor alfabetizador tem que sempre ter consciência desses processos e trabalhá-los em unidade.

Nesse contexto, a alfabetização é o objetivo dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), o final da etapa deve ocorrer no 2º ano, pois nesse documento normativo, que rege a educação básica no Brasil, determinou-se que todos os estudantes devem estar alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental, tendo que corresponder com as competências e habilidades a serem desenvolvidas, porque, depois do segundo ano, o foco passa a ser na ortografia e na ampliação desse conhecimento linguístico do aluno.

Logo nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ênfase da ação pedagógica gira em torno do ensino da leitura e da escrita. Sendo assim, a BNCC reforça que o aluno, no processo de alfabetização, conheça

o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2018, p. 89-90).

Além disso, a BNCC cita competências e habilidades que devem ser envolvidas e desenvolvidas durante o processo de alfabetização, a saber:

Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); conhecer o alfabeto; compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; dominar as relações entre grafemas e fonemas; saber decodificar palavras e textos escritos; saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento). (BRASIL, 2018, p. 93)

Portanto, essas são as habilidades básicas que os alunos devem desenvolver, mas isso não quer dizer que os mesmos saiam do segundo ano já sabendo escrever e reconhecer tão bem assim as palavras, pois esse trabalho com a ortografia e sua interpretação serão ampliadas e não param nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2 Transtorno Específico de Aprendizagem que afeta a leitura e a escrita

O manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM-5), em sua quinta edição do ano de 2013, traz, em um dos seus tópicos, o Transtorno Específico de Aprendizagem, que é encontrado dentre os Transtornos do Neurodesenvolvimento, colocado como consequência de algum problema que afeta a aprendizagem de alguma maneira. Mas o que seria esse Transtorno Específico de Aprendizagem? O referido manual o conceitua:

Um transtorno específico da aprendizagem, como o nome implica, é diagnosticado diante de déficits específicos na capacidade individual para perceber ou processar informações com eficiência e precisão. Esse transtorno do neurodesenvolvimento manifesta-se, inicialmente, durante os anos de escolaridade formal, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática. (DSM-5, 2013, p. 32)

Sabendo o que é Transtorno Específico de Aprendizagem e que ele se apresenta a partir de dificuldades persistentes em habilidades básicas como ler e escrever, vamos aqui conhecer o transtorno de neurodesenvolvimento mais associado a essa dificuldade especificamente, que é a Dislexia.

No DSM-5, a Dislexia é encontrada dentro do capítulo sobre Transtorno Específico de Aprendizagem, especificamente na parte relacionada com a leitura e a escrita, onde se coloca que a “Dislexia é um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia” (DSM-5, 2013, p. 67). Logo, uma pessoa disléxica é aquela que apresenta a dificuldade em associar as letras aos sons (fonemas e grafemas), problema esse que atrapalha no aprendizado básico de habilidades escolares e que complexifica principalmente o processo de alfabetização, pois, se o indivíduo apresenta um impasse no reconhecimento das letras e das palavras, esse processo para ele será ainda mais difícil.

Segundo o manual, o que pode acusar o motivo da Dislexia é o fator genético: “História familiar de dificuldades de leitura (Dislexia) e de alfabetização prediz problemas de alfabetização ou Transtorno Específico da Aprendizagem na prole, indicando o papel combinado de fatores genéticos e ambientais” (DSM-5, 2013, p. 72). Sendo assim, uma pessoa que possui o transtorno e tem um filho, este tem grandes chances de nascer com o mesmo distúrbio, mas esse não é um fator determinante. Da mesma forma, Hudson (2019) reforça que a Dislexia pode ser hereditária e que pessoas que os portadores apresentam “dificuldade com a linguagem escrita e, por isso, têm problemas de leitura, escrita e ortografia” (HUDSON, 2019,

p. 26). A autora acrescenta, ainda, que esse transtorno acomete todos os níveis intelectuais e que a pessoa com Dislexia processa as informações de forma diferenciada, normalmente assimilando e aprendendo mais em forma de imagens do que com palavras.

Na Classificação Internacional de Doenças (CID 11, 2022), o termo *Dislexia* não aparece diretamente, sendo nomeado como Transtorno de Desenvolvimento da Aprendizagem com prejuízo na leitura; a classificação traz que esse transtorno é percebido nos primeiros anos escolares e apresenta várias características. Pessoas portadoras têm dificuldades persistentes com as habilidades relacionadas à leitura, tanto na compreensão das palavras quanto na fluência, apresentando também prejuízos na escrita (CID 11, 2022).

A Associação Brasileira de Dislexia, no seu *site*, apresenta a seguinte definição: “A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica” (ABD, 2016). Na mesma plataforma, colocam-se também os obstáculos causados pela Dislexia: “dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração” (ABD, 2016); tal dificuldade é resultado de um déficit no integrante fonológico da linguagem. Nesse mesmo *site*, ainda, dispõem-se tanto de dados estatísticos sobre pessoas com Dislexia no país quanto de diversos artigos e livros para *download* que servem para professores utilizarem nas suas práticas pedagógica.

Após essas conceituações e definições, vale a pena lembrar que a Dislexia não é considerada uma deficiência. Antes da publicação do DSM-5, houve uma discussão sobre a inclusão ou não dos transtornos de aprendizagem no manual, já que o documento é para caracterizar doenças mentais. O argumento para incluir tais transtornos no manual foi o de que “os transtornos de aprendizagem são transtornos do neurodesenvolvimento e podem estar associados a variados níveis de ansiedade e depressão” (MOUSINHO; NAVAS, 2016, p. 38). Outro aspecto importante e positivo é que o DSM-5 está trazendo, além da conceituação, o encaminhamento de um possível diagnóstico; no caso dos transtornos, ele traz os níveis de severidade (leve, moderado e grave), com a perspectiva de destacar em que medida o transtorno pode afetar na vida da pessoa e o quanto de intervenções educacionais são necessárias para auxiliar no processo de aprendizagem, conduzindo assim a uma conscientização para o diagnóstico (MOUSINHO; NAVAS, 2016).

No artigo “Dislexia: como identificar? Como intervir?”, Teles (2004) traz alguns pontos relevantes sobre os mitos que foram identificados com o começo dos estudos científicos sobre a Dislexia. São elencados dez mitos que se tinham e que ainda podem existir sobre a Dislexia. O primeiro mito dizia que ela não existe, mas, com os estudos científicos, foi

comprovado que sim: "a Dislexia existe, é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita." (TELES, 2004, p. 718). O segundo mito era o de que não existiam meios para o diagnóstico, o que também acabou sendo descartado, já que existem maneiras para avaliar e intervir: "existem provas específicas para avaliar as diferentes competências que integram o processo leitor" (TELES, 2004, p. 178).

O terceiro mito, por sua vez, recai sobre o diagnóstico, afirmando que uma pessoa só podia ser diagnosticada e tratada após a insuficiência leitora; contudo, essa ideia foi deixada de lado, pois "o conhecimento do déficit fonológico subjacente à aprendizagem da leitura permite a identificação dos sinais de alerta e a consequente intervenção precoce" (TELES, 2004, p. 178). Já o quarto mito está relacionado com o tempo de duração do transtorno, como se ele pudesse passar com os anos, mas isso também logo foi descartado, pois "a Dislexia mantém-se ao longo da vida, não é um atraso maturativo transitório" (TELES, 2004, p. 178). O quinto mito, por seu turno, fala que repetir de ano na escola ajuda a enfrentar as dificuldades, o que é um absurdo, pois pode ocasionar justamente um efeito contrário: "repetir anos de escolaridade não ajuda a ultrapassar as dificuldades, pelo contrário, pode criar dificuldades acrescidas a nível afetivo-emocional: sentimentos de frustração e ansiedade, desvalorização do autoconceito e da autoestima" (TELES, 2004, p. 178), causando barreiras emocionais e desmotivando o aluno ao invés de mostrar-lhe que é possível não repetir de ano, que é preciso apenas pensar em uma intervenção correta para evitar que o mesmo reprove e para dar-lhe oportunidade de demonstrar suas potencialidades da maneira correta.

O sexto mito fala sobre não diagnosticar a criança como disléxica para evitar rótulos, o que também é um pensamento errôneo, pois "ignorar uma perturbação não ajuda a ultrapassá-la, pelo contrário, contribui para o seu agravamento" (TELES, 2004, p.178). Como sétimo mito, o texto apresenta que a Dislexia é ocasionada por um problema visual, contudo "as Associações Americanas de Pediatria e de Oftalmologia reafirmam que a Dislexia não é causada por um problema de visão." (TELES, 2004, p. 178). O oitavo mito é de que a Dislexia é originada por problemas de orientação espacial, mas isso não é verdade, visto que "a Dislexia é uma perturbação da linguagem que tem na sua gênese um déficit fonológico" (TELES, 2004, p. 179); esse problema de natureza espacial pode até aparecer em algumas pessoas com Dislexia, porém não significa que é originada por eles. O penúltimo mito apresentado é que a Dislexia tem relação com a inteligência, no entanto é válido ressaltar que é um Transtorno Específico de Aprendizagem de uma determinada área, o que nada tem a ver com o nível de seu quociente de inteligência (TELES, 2004). Por último, o texto apresenta que a Dislexia só

existe em algumas línguas, o que também é errôneo, uma vez que “existe uma base neurocognitiva universal para a Dislexia. Sendo o déficit primário da Dislexia um déficit nas representações fonológicas, manifesta-se em todas as línguas” (TELES, 2004, p. 179).

As pessoas que têm Dislexia possuem algumas características peculiares. Há indivíduos que a têm em grau leve; outros, em grau moderado ou grave, havendo semelhanças e diferenças entre eles de acordo com o grau. Além disso, é importante pontuar que algumas pessoas possuem não só Dislexia, mas também outras dificuldades de aprendizagem.

Cabe ressaltar que a Dislexia afeta diretamente os processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Quanto a esse ponto, Hudson (2019) apresenta várias características em diferentes esferas que pessoas disléxicas podem ter. Na leitura, por exemplo, elas podem apresentar uma leitura mais vagarosa e pausada, nem sempre conseguem compreender o que leem, podendo, na hora da leitura, trocarem alguma letra na palavra por uma semelhante, “por exemplo, ‘queijo branco’ pode se tornar ‘queixo branco’.” (HUDSON, 2019, p. 28). Na ortografia, podem apresentar uma escrita contraditória da mesma palavra durante um texto, bem como dificuldade na escuta de algumas sílabas e troca de consoantes que possuem escritas parecidas; acontece também de aprenderem como se escreve uma palavra e, no dia seguinte, já esquecerem; possuem dificuldade em ditados, usam letras maiúsculas aleatoriamente, encontram impasses na hora de organizar seus pensamentos de forma lógica em redações etc.

No que diz respeito à concentração, o portador de Dislexia apresenta vulnerabilidades, é disperso e possui um processamento mais lento de informações; precisa, portanto, de um maior tempo para responder a uma pergunta, mesmo que simples, e leva mais tempo para aprender algo, visto que necessita de que essa informação esteja comprometida com a memória de longo prazo. Enfim, existem uma variedade de pontos de impasse que são comuns às pessoas com Dislexia, principalmente durante o processo de alfabetização.

Não obstante tais limitações, a autora, no mesmo livro, elenca pontos considerados fortes em pessoas com Dislexia: tendem a ser criativos e a se destacarem na área das artes, já que se relacionam melhor por imagens do que por palavras; possuem pensamentos inovadores, habilidades com coisas espaciais, podem ser muito bons oralmente, empáticos e persistentes em tudo que fazem, dentre outras coisas (HUDSON, 2019). Esse destaque feito pela autora é relevante para mostrar as potencialidades do educando, não deixando a ideia de que tudo está perdido caso haja acometimento do transtorno.

Portanto, é necessário que o professor seja observador com aqueles alunos que “façam contribuições sensatas e inteligentes em sala de aula, mas que, constantemente, apresentem resultados de testes e exames abaixo do esperado, apesar da dedicação” (HUDSON,

2019, p. 27), pois podem ser sinais de que necessite dar maior atenção e cuidado a como está se desenvolvendo o processo de aprendizagem destes educandos.

Com isso, como pode ser feito o diagnóstico da Dislexia? Essa pode ser uma pergunta pertinente na cabeça de um professor e da família de uma criança que apresenta sinais do transtorno. Nesse sentido, Teles (2004) traz alguns sinais que os pais podem observar se são frequentes em seus filhos que podem apontar para a Dislexia, apresentando uma maneira precoce de se buscar uma intervenção na esperança de sanar, cada vez mais rápido, possíveis problemas com a aprendizagem. Na primeira infância, o atraso na fala pode ser um sinal; se surgir alguma dificuldade na pronúncia das palavras, mesmo depois dos cinco anos; omissões de algumas sílabas em palavras mais complexas também devem ser observadas, como “fósforos/fosfos, pipocas/popicas...” (TELES, 2004, p. 724).

No jardim de infância, as crianças também podem dar sinais que alertem sobre a Dislexia, como falas parecidas com a de bebê de maneira constante; dificuldade em aprender músicas, de falar cores; dificuldades com conceitos básicos, como “ontem/amanhã; manhã/amanhã; direita/esquerda; depois/antes...” (TELES, 2004, p. 724); não ler as letras do próprio nome, entre outros.

Já no primeiro ano da escola, o portador apresenta dificuldades em: entender sobre a separação das palavras em sílabas; ler palavras monossílabas; trocar letras; conseguir pronunciar algumas consoantes; sem falar da lentidão etc. São indicações do autor as quais temos que observar, mas é preciso muito cuidado nos diagnósticos, pois são muito naturais as incompreensões neste período.

A partir do segundo ano, o indivíduo com Dislexia apresenta: lentidão no progresso de leitura e ortografia; dificuldades em interpretações de textos e problemas matemáticos; necessidade de mais tempo para terminar as atividades. O autor complementa que, na aparição desses sinais, podem ser feitas algumas avaliações, e esses testes podem ser realizados com qualquer idade. Em se tratando da Dislexia não, existe um teste único, como pontua o autor:

Não existe um teste único que possa ser usado para avaliar a Dislexia, devendo ser realizados testes que avaliem as competências fonológicas, a linguagem compreensiva e expressiva (a nível oral e escrito), o funcionamento intelectual, o processamento cognitivo e as aquisições escolares. (TELES, 2004, p. 726).

No entanto, essas avaliações devem ser pensadas com o intuito de buscar intervenções pedagógicas para sanar as dificuldades dos alunos, pois, ainda como afirma o

mesmo autor, “avaliar sem intervir não faz sentido, porque não permite ultrapassar as dificuldades” (TELES, 2004, p.726).

No *site* da Associação Brasileira de Dislexia (ABD), há uma opção para aqueles pais que desejam buscar um diagnóstico para seus filhos. A ABD trabalha com diagnósticos e com propostas de intervenções, que acontecem em algumas etapas. No primeiro momento, há uma entrevista inicial com uma profissional da área de neuropsicologia, na qual serão colhidas todas as queixas e os sintomas pelos responsáveis (se o paciente tiver menos de 18 anos); esse momento serve para descartar os casos que não se enquadram nos transtornos de neurodesenvolvimento ou para encaminhar para o profissional adequado. No segundo momento, a criança ou o adulto passa para a fase de avaliação multidisciplinar com uma equipe composta por vários profissionais das áreas de Psicopedagogia, Psicologia, Neuropsicologia e Fonoaudiologia. São agendadas sessões neuropsicológicas, psicopedagógicas, fonoaudiológicas e mais exames complementares, nos quais serão aplicados protocolos de avaliação baseados em cada idade e área a ser investigada no indivíduo. Depois disso, começam os estudos de cada profissional e, com os resultados dos exames complementares, há uma reunião em que todos apresentam seus resultados, para juntos concluírem um diagnóstico e darem encaminhamentos para cada caso. Após o fechamento do caso, convocam-se os responsáveis da criança, e acontece a entrega de uma devolutiva onde são dados todos os resultados e, posterior a isso, marca-se uma entrevista de orientação, que é conduzida por um psicólogo, objetivando, assim, um momento de acolhimento e orientação para os responsáveis e até mesmo para o profissional responsável pelas intervenções da instituição de ensino.

Com o diagnóstico na mão, deveria se tornar mais fácil a busca por intervenções efetivas e um acompanhamento para a criança com Dislexia, no intuito de fazê-la obter um maior desenvolvimento no seu processo de aprendizagem. Porém, por muitos anos, houve essa espera de uma lei que pudesse assegurar e oficializar esse direito. Depois de muita luta, no dia 30 de novembro de 2021, foi sancionada a Lei nº 14254/2021 que "dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem" (BRASIL, 2021), garantindo, assim, o direito do aluno a um acompanhamento efetivo; a lei afirma, em seu artigo primeiro, que “o poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” (BRASIL, 2021).

A lei — redigida em poucos parágrafos — não indica de onde virão recursos, não define responsabilidades e deixa muito vago como ocorrerá este acompanhamento. Não dá para

entender como será operacionalizado e como as escolas, os estados e os municípios irão cumprir a lei. Porém, o maior responsável em manter esse direito é o próprio poder público, que deve assegurar a efetivação dessa lei; ele também deve contar com as escolas públicas e privadas, com os pais e os serviços de saúde, para que ajudem no cuidado e acompanhamento desses alunos, visando ao seu desenvolvimento.

A lei já entrou em vigor a partir do dia da sua publicação, simbolizando vitória das pessoas que têm algum tipo de transtornos de aprendizagem. Mas não foi simples a luta por essa conquista. No *site* do Instituto ABCD, que é um dos canais de referência no Brasil na área da Dislexia, relata-se um pouco de como foi a trajetória da efetivação dessa lei. Em 2008, foi apresentado ao senado o primeiro projeto de lei. Em 2010, o projeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados e se torna o PL 7.081/10. No ano seguinte, aconteceram alguns momentos significativos: primeiro o projeto é dado entrada na Comissão de Educação (CE) da Câmara e, no dia 3 de agosto, a então deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) apresenta-se favorável ao projeto. Nos anos seguintes, de 2012 a 2018, houve o processo de tramitação para que sejam favoráveis ao projeto de lei. Em 2019, no mês de maio, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprova a redação final do PL; no dia 21 de junho, o projeto chega ao senado, passa a ser chamado de Projeto de Lei 3.517/19 e, durante o mesmo ano, é encaminhado e aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para realização da audiência pública. Em 2021, a audiência ocorre, depois é encaminhada para a votação em plenário no senado federal; no dia 9 de novembro, é aprovada na plenária e, finalmente, selando a vitória, no dia 30 de novembro é sancionada como lei federal, a Lei nº 14.254/2021.

Portanto, refletir sobre o diagnóstico e sobre a lei que assegura o acompanhamento necessário ao aluno com Dislexia é de extrema importância, tanto para o professor que vai aprender a como identificar e intervir da maneira correta para o aluno alcançar a aprendizagem, quanto para o principal afetado, que é o aluno com Dislexia, que terá seus direitos assegurados.

3 Estratégias que auxiliem no processo de aquisição da habilidade de leitura e escrita de crianças com Dislexia

Apresentar sobre estratégias que auxiliem o processo de aquisição da leitura e da escrita para as crianças com Dislexia é um dos pontos relevantes desse trabalho, que tem como objetivo não só compreender como acontece o processo de alfabetização para alunos disléxicos, mas também buscar propor estratégias que podem ser utilizados pelo professor durante esse

processo, auxiliando na aprendizagem daqueles alunos que apresentam maiores dificuldades nessas determinadas habilidades.

O processo de alfabetização é um período pelo qual todas as crianças irão passar, porém existem aquelas que apresentam vulnerabilidades no aprendizado da leitura e da escrita e que precisam inicialmente de atenção e de um diagnóstico, para que os professores possam intervir, auxiliando seus alunos no processo de aprendizagem. Nesse sentido, Teles (2004, p. 727) diz que “a identificação e intervenção precoce são o segredo do sucesso na aprendizagem da leitura”; então, o professor deve utilizar esse conhecimento para pensar sua prática, tornando-a mais inclusiva.

No mesmo artigo, o autor apresenta métodos educativos que obtiveram êxito no ensino de crianças disléxicas e deixa claro que "os métodos multissensoriais, estruturados e cumulativos, são a intervenção mais eficiente" (TELES, 2004, p.727), mostrando os métodos multissensoriais que ajudam de maneira concreta, pois trabalham aspectos "cinestésicos da aprendizagem e integrando o ouvir e o ver com o dizer e o escrever" (TELES, 2004, p.7 27). Então, apresenta que um bom método que o professor pode utilizar é aquele que trabalha com a percepção do aluno, fazendo entender a relação do que ele vê com o que ele escuta, já que os alunos com Dislexia aprendem melhor com imagens do que apenas com palavras.

Teles (2004) finaliza o artigo com alguns pontos importantes que os professores podem usar para obter êxito no ensino. O primeiro ponto que ele traz como sugestão aos professores é o cuidado ao organizarem os conteúdos que serão trabalhados, pensando sempre em ministrá-los seguindo uma lógica que parta de um grau mais fácil para o difícil, e que, ao fazer isso, trabalhe simultaneamente fazendo referência aos conceitos vistos anteriormente, desde o mais simples ao mais complexo, pois assim ajuda no processo de memorização da criança. A segunda sugestão é que, ao trabalhar algum conceito, faça-o de maneira direta e consciente, nunca em forma de dedução, pois o aluno com Dislexia pode apresentar uma maior dificuldade para aprender algo que não esteja claro para ele; por isso o conceito trabalhado tem que ser visto de forma objetiva, sem buscar fazer relações com outras coisas que aparentemente o ajudaria a entender.

Em seguida, o autor explana que o trabalho docente tem que ser feito tomando por base um ensino diagnóstico, sempre pensando, de maneira clara, no que aquele aluno precisa melhorar e trabalhar, ou seja, “devem ser realizados exercícios de ensino explícito da fusão fonêmica, fusão silábica, segmentação silábica e segmentação fonêmica” (TELES, 2004, p. 728). Por exemplo: ao trabalhar sílabas de letras com sons parecidos, como *faca* e *vaca*, os alunos disléxicos terão dificuldade de aprender a sílaba, podendo fazer algumas trocas na hora

da ortografia, já que a consciência fonológica e o domínio ortográfico são normalmente as maiores dificuldades dos disléxicos.

Por último, o autor versa sobre a automatização, competência que o professor deve incentivar o aluno com frequência até que o mesmo consiga “a sua realização, sem atenção consciente e com o mínimo de esforço e de tempo. A automatização irá disponibilizar a atenção para aceder à compreensão do texto” (TELES, 2004, p.728).

Hudson (2019), em seu livro sobre dificuldades específicas de aprendizagem, apresenta sugestões que auxiliam o professor na sua prática para a obtenção de um melhor desenvolvimento dos alunos que portam algum transtorno de aprendizagem. A autora inicia indicando ao professor que ele precisa ser otimista com seus alunos, mostrando-lhes que podem chegar aos mesmos objetivos que os outros alunos que não têm transtornos de aprendizagem; a autora mostra também que animá-los é a melhor estratégia para se obter um maior êxito.

Depois de lembrar ao professor a importância de ser otimista e de sempre incentivar seus alunos, Hudson (2019) começa a dar dicas e sugestões, explicando ao professor que os alunos com Dislexia necessitam de um tempo maior para responder e resolver às atividades, principalmente em exames, e é importante que isso seja respeitado. É de extrema importância que o professor priorize os lugares da frente para esses alunos, pois assim eles podem apresentar uma menor distração e uma visão privilegiada do quadro, o que ajuda na leitura e no acesso do professor ao que o aluno está fazendo, podendo fazer colocações e ajudá-lo quando necessário, sempre pensando em tornar aquele espaço um lugar facilitador do ensino para os alunos com Dislexia.

Na área da leitura, o professor deve sempre lembrar que os alunos com Dislexia levam mais tempo para ler e para compreender aquilo que foi lido, visto que apresentam prática leitora mais dificultosa; então, é válido incentivá-los a lerem mais de uma vez para processarem melhor o conteúdo, podendo, se for o caso, utilizar até marcadores de texto para destacar palavras-chave. O professor, ainda, deve ter cuidado na hora de imprimir atividades, priorizando o uso de fontes maiores e claras, com fundos de cores diferentes, sempre experimentando e ouvindo o aluno para identificar o que é melhor para ele (HUDSON, 2019). Essa é uma estratégia positiva para fixar a atenção do aluno com Dislexia, tanto por causa das letras maiores e espaçadas, quanto pelo uso de diferentes cores, que pode se tornar mais atrativo e menos cansativo para esse aluno, incentivando-o a continuar a leitura.

Quando for trabalhar com leitura em voz alta, deve-se tomar cuidado, pois alguns alunos com Dislexia se sentem estressados e incomodados com essa leitura. Na verdade, esse tipo de abordagem leitora “pode ser uma grande fonte de pânico, estresse e constrangimento

para alguns alunos. Eles terão pavor do momento em que são convidados para ler em voz alta” (HUDSON, 2019, p. 36). Dessa maneira, o professor deve sempre pensar em uma abordagem mais afetiva, preocupando-se em avisá-los antes e nunca os surpreender de repente. O professor também pode ofertar o texto antecipadamente, para que os alunos disléxicos saibam o que nele contém, podendo até improvisar um fala no lugar da leitura propriamente dita; o docente pode, ainda, disponibilizar esse texto com uma fonte maior para que, na hora da leitura, o aluno possa ter mais facilidade. Afinal, o professor sempre visa à aprendizagem e satisfação do educando, e nunca o expor a situações vexatórias (HUDSON, 2019).

Para o cotidiano, também existem dicas que são preciosas, como, à hora da escrita do professor no quadro, sempre observar se a caligrafia está clara, afinal a clareza na escrita disposta na lousa impede confusões e dá vontade de escrever da mesma forma. Colocar o aluno com Dislexia perto de colegas solícitos que o ajudem nas atividades também é uma ação que o ajuda muito, já que ele pode aprender com aqueles da sua mesma faixa etária e que possuem dialetos parecidos com o dele. Evitar o uso de ditados é uma dica importante, mas, se o professor for aplicar o ditado em alguma aula, faça-o sempre devagar, pois eles necessitam de mais tempo, têm maior dificuldade na hora de interpretar o som das sílabas e, além do mais, deve-se ter o cuidado em conferir, com frequência, se eles estão acompanhando o que está sendo passado. Outra coisa bastante positiva que o professor também pode fazer é gravar em áudios pontos importantes das aulas, para aqueles alunos com Dislexia severa, pois estes podem ouvir os áudios depois, facilitando, assim, a sua automatização e aprendizagem do conteúdo, afinal eles apresentam uma memória recente prejudicada (HUDSON, 2019).

Por último, se o professor for utilizar a ferramenta *Power Point* durante a aula para ilustrar algo ou até apresentar textos ou histórias, existem algumas dicas também, como nunca utilizar fontes com letras que estejam juntas demais, o que atrapalha no reconhecimento delas por parte dos alunos. Além disso, em um *slide*, nunca colocar somente textos, mas também incrementar com imagens e animações, prendendo, assim, a atenção deles, pois os alunos com Dislexia aprendem mais facilmente associando imagens às palavras. Outras dicas essenciais são as de usar espaçamento duplo e ler sempre o *slide* e explicá-lo com paciência (HUDSON, 2019).

Para terminar, o livro ainda traz sugestões de lições de casa que os alunos com Dislexia se interessam bastante e podem mostrar seus talentos, como trabalhos nos quais eles possam ilustrar com desenhos ou até com histórias em quadrinhos; trabalhar com criações como música, poemas e até propagandas; trabalhar jogos, peças teatrais, produção de maquetes etc. Enfim, essas são sugestões eficazes para trabalhar outras habilidades além da escrita somente (HUDSON, 2019).

Nessa instância, pensando nas dificuldades apresentadas pelas crianças com Dislexia, o Instituto ABCD, em seu *site*, criou cursos para pais e principalmente para professores, a fim de que eles conheçam e aprendam a lidar com esse transtorno. O primeiro curso que eles ofertam se chama “Entendendo a Dislexia”, que é gratuito e dividido em alguns módulos explicando bem o transtorno e como trabalhar com ele. Outro curso gratuito do instituto, “Todos aprendem”, tem como objetivo debater sobre o processo de aprendizagem e suas particularidades. Por último, o Instituto ABCD desenvolveu um aplicativo chamado “EduEdu”, que é gratuito e pode ser usado por pais e professores de crianças com Dislexia, para ensiná-las a ler e escrever de uma forma divertida e dinâmica, a partir de jogos, músicas e textos. O aplicativo faz uma breve avaliação, identifica quais as dificuldades da criança e cria atividades personalizadas, alinhadas com a BNCC. Essa ferramenta acompanha o aluno durante todo o ano letivo, fazendo o acompanhamento e monitoramento do seu progresso.

O *site* da Associação Brasileira de Dislexia (ABD) também traz materiais de apoio aos professores, disponíveis para *download*, como a cartilha de alfabetização multissensorial e a tecnologia assistiva para o desenvolvimento da leitura.

Pensar em estratégias para auxiliar os alunos com Dislexia no processo de aprendizagem não é um favor que os professores podem fazer, e sim faz parte do seu ofício, uma vez que esses alunos estão assegurados por lei, no artigo terceiro da Lei Federal nº 14.254/2021:

Educandos com Dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território. (BRASIL, 2021).

Portanto, é um dever dos educadores acompanharem e ofertarem um direcionamento específico para a dificuldade do aluno, podendo até buscar orientações em outras áreas, de modo a tornar, cada dia mais, a educação mais inclusiva. A mesma lei também prevê o seguinte em seu artigo quinto:

No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos. (BRASIL, 2021).

Diante de todo o exposto, o presente artigo demonstra que os professores precisam de formação continuada e preparação para trabalhar com crianças com Dislexia, e que as instituições de ensino devem garantir o acesso a esse conhecimento para esses profissionais, que, muitas vezes, durante sua formação inicial, não tiveram acesso a estudos sobre esse tema. Esse conhecimento sobre as especificidades das crianças com transtornos de aprendizagem é de extrema importância para se garantir uma educação mais igualitária, pois o professor só pode intervir quando possui o conhecimento necessário.

Considerações finais

O presente artigo buscou mostrar ao leitor como é o processo de alfabetização de crianças com Dislexia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, indicando que é de extrema importância que o professor conheça sobre os transtornos específicos de aprendizagem e que, além de apenas conhecê-los, saiba como intervir e planejar atividades e práticas que abranjam a todos, ou seja, práticas que sejam, a cada dia, mais inclusivas e efetivas para o desenvolvimento da aprendizagem e da alfabetização.

Este estudo teve como objetivos compreender e descrever esse processo de aquisição da leitura e escrita, o que buscamos fazer no primeiro tópico do artigo. E, ao final, baseadas em pesquisa bibliográfica, propomos aos professores estratégias que auxiliassem a aprendizagem de seus alunos disléxicos. Trouxemos não só aporte teórico, mas ideias de ações práticas, efetivando a urgência de pensar no ensino que alcance a todos e que aceite a riqueza da diversidade de seus alunos.

O artigo trouxe, ainda, a conceituação de Dislexia, as suas características, como é o diagnóstico e a sua importância; abordou também a lei nacional que traz o direito da criança disléxica e as ideias de ações cotidianas que os professores devem ter, como matérias e aulas diversificadas, pois o aluno com Dislexia precisa de práticas que transcendam os textos e que trabalhem a riqueza de suas particularidades. O estudo também evidenciou que o aluno com Dislexia não é apenas aquele que apresenta dificuldade com a leitura e escrita, mas também aquele que vê tudo com os olhos da arte, indo além de textos e letras; é aquele que aprende com imagens, desenhos, músicas e muito mais; é aquele que tem potencial de ler o mundo de uma forma diferenciada e que tem direito de ser alfabetizado de maneira que fuja do tradicional e que o ajude a alcançar o conhecimento.

Ter Dislexia não é sinal de que não se vai aprender ou que necessariamente para se alfabetizar o aluno tenha que sofrer, pelo contrário, pensar nos alunos disléxicos é se renovar

como profissional, buscar desbravar novos horizontes e alcançar diferentes alunos de maneira mais equânime. Estudar como o outro aprende nos faz compreender sobre o mundo e suas diferenças.

Portanto, o professor deve buscar adequar suas práticas a alguns requisitos que ajudam a todos, pois a criança com Dislexia apresenta algumas demandas no processo alfabetização, como o tempo, as letras, o ritmo das falas, a compreensão de texto, a memorização de conteúdos e muito mais. Por fim, ressaltamos que a responsabilidade não está apenas no professor, está em todo o sistema educacional, na família e no poder público, que deve oferecer condições para que a legislação seja cumprida e os direitos civis sejam garantidos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** - DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 5, 1º dez. 2021. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem. Acesso em: 3 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Brasília DF, 2018.

COMO é feito o diagnóstico? **Associação Brasileira de Dislexia**, São Paulo, 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.Dislexia.org.br/como-e-feito-o-diagnostico/>. Acesso em: 3 nov. 2022.

CURSOS. **Instituto ABCD**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/cursos/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ENSINANDO crianças a ler e a escrever de forma divertida e gratuita. **EduEdu**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.eduedu.com.br/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

HUDSON, D. **Dificuldades Específicas de Aprendizagem**: Ideias práticas para trabalhar com dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome Asperger, TOC. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEI nº 14254/2021. **Instituto ABCD**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/lei/>. Acesso em: 4 nov. 2022.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, v. 25, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MATERIAIS de apoio. **Associação Brasileira de Dislexia**, São Paulo, 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.Dislexia.org.br/category/material-de-apoio/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MOUSINHO, R.; NAVAS, A. L. S. Mudanças apontadas no DSM-5 em relação aos Transtornos Específicos de Aprendizagem em leitura e escrita. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 38-46, 2016. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/133>. Acesso em: 28. nov. 2022.

O QUE é Dislexia? **Associação Brasileira de Dislexia**, São Paulo, 19 set. 2016. Disponível em: <https://www.Dislexia.org.br/o-que-e-Dislexia/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. **CID 11- Classificação Internacional de Doenças. Organização Mundial da Saúde**, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SOARES, M. **Alfaetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 25, jan./ fev./ mar./ abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SOARES, M; BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Disponível em: https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/col-alf-let-01-alfabetizacao_letramento.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

TELES, P. Dislexia: como identificar? Como intervir? **Revista Portuguesa De Medicina Geral E Familiar**, Lisboa, v. 20, n. 6, nov. 2004. Disponível em: <https://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/10097>. Acesso em: 28 nov. 2022.